



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

FAKE NEWS POR EFEITO LONGO: ESTRATÉGIA NO JOGO DO PODER

Jorge Arlan de Oliveira Pereira¹; e-mail: jorgearlan.op@gmail.com

RESUMO

O estudo representa um recorte de projeto de pesquisa mais amplo e se prende à percepção de relações de poder nas estratégias de produções jornalísticas da grande imprensa brasileira, mais especificamente da Rede Globo de Televisão, particularmente no Jornal Nacional, expressas na linha editorial adotada. Procura demonstrar a variação de postura deste veículo de comunicação nos períodos das eleições presidenciais de 2018 e de 2022, seja nas entrevistas do JN com os presidentiáveis como no contexto de outras coberturas marcantes. Para compreender o percurso da linha editorial da Globo, oferecemos aqui o conceito de Fake News de Efeito Longo (FNEL), observando a representação da realidade social em um período mais alongado de tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Fake News; Jornalismo; Poder; Globo; Jornal Nacional.

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de discussão se insere no âmbito do projeto pesquisa de médio prazo, cadastrado na Pró-reitoria de Pesquisa (Propeq) da Universidade Federal de Mato Grosso sob o título de *Jornalismo, Comunicação e Democracia: o espaço público em tempos de convergências midiáticas e na perspectiva do estado democrático de direito*. O núcleo do estudo remete à discussão do papel que o Jornalismo exerce ou deveria exercer como agente de relações sociais orientadas pelo espírito democrático, no atual quadro de organização da sociedade brasileira.

A conceituação de Luis Beltrão nos oferece um parâmetro adequado ao dizer que “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus Universitário do Araguaia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801621884390446>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3963-2139>.

orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum! (2008, p. 67). Parte-se do entendimento de que os fundamentos tradicionais do campo jornalístico, em sua concepção teórica e em sua dimensão prática/profissional, estabelecem conexões intrínsecas com os princípios que concebem o estado democrático de direito.

2. MOVIMENTO EDITORIAL COMPLEXO

Conforme o explicitado, interessa-nos saber como determinados segmentos do Jornalismo brasileiro se repositionam na atual realidade social, política e econômica do país, sob a perspectiva dos fundamentos históricos do Jornalismo, das convergências midiáticas e do estado democrático de direito, analisado suas práticas profissionais, estruturas comunicacionais e a relação que estabelecem com os destinatários dos seus conteúdos, no processo de reconfiguração do espaço público em andamento, elegendo como pontos midiáticos de observação as entrevistas realizadas pelo Jornal Nacional com os cinco candidatos mais bem colocados na semana de encerramento do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e com os dois candidatos classificados para o 2º turno das eleições presidenciais de 2022, visto, como plano de fundo, o poder do jornalismo e o poder no jornalismo diante de suas legitimidades e ilegitimidades.

A atribuição do Jornalismo seria oferecer aos cidadãos um serviço de esclarecimento sobre o que se passa nos meandros de determinada realidade social, ao viabilizar a circulação de informações relevantes a respeito dos diferentes segmentos, nas esferas individuais, dos grupos e dos poderes constituídos. A narrativa plural, contribuindo para o conhecimento e o debate público das respectivas ideias, representaria uma contribuição decisiva para o sentido/propósito da sociabilidade. Neste sentido, para (SPONHOLZ, 2009, p.123) “as fontes escolhidas precisam estar relacionadas com aquilo que o jornalista quer descobrir, ou seja, os informantes precisam ser adequados para fornecer as informações que ele precisa. Pode-se afirmar, portanto, que existe um método jornalístico”.

O cumprimento deste papel significa dizer que o Jornalismo, corporificado nas notícias, reportagens e colunas/editoriais, presente nos variados meios de

comunicação, assume uma parcela do poder. Esta posição se reveste de legitimidade, quando corresponde à expectativa que a sociedade deposita nele, ao reconhecer que o seu poder decorre de uma espécie de missão que a sociedade lhe conferiu e não de uma força auto instituída. A ação jornalística, impulsionada pela sua própria natureza, não é desinteressada do mundo. Na visão de (Guirado, 2014, p. 76), “ a ideia de conhecer e de traduzir a realidade é uma ideia quase sempre acompanhada da intenção de mudar essa realidade”. Ela compreende que a intencionalidade jornalística parece sempre repetir este raciocínio.

As falhas e até distorções do Jornalismo praticado no Brasil atualmente têm por origem a transgressão dos limites do poder que a sociedade lhe atribuiu, alçando-se a um grau de interferência no direito do cidadão se informar que o desloca para o âmbito da ilegitimidade. Trata-se do exercício da incumbência de informar para além de suas finalidades precípuas. “A luta pelo poder é principalmente a luta pela verdade. (...) Na formação dos apoios e no arrematar das opiniões, a comunicação é estratégica. Os comunicadores organizam as verdades dos poderes e dos contrapoderes” (Silveira, In: Martins, 2020, p.44).

É desejável compreender como tem se instalado este estado de tensão no campo disciplinar do jornalismo, resultante da cobertura jornalística realizada pelos meios de comunicação, das mudanças do comportamento social pelas novas tecnologias da informação e da falta de legitimidade das representações nas sociedades, com fragilização dos valores democráticos em tempos de *fake news* e *law fare*. O importante, contudo, no entendimento de Macedo Jr. (In: Barbosa, 2029, p.71) é “destacar que o conceito de *fake news*, se refere a veiculação de mensagem capaz de gerar algum tipo de fraude dentro do sistema de comunicação na qual ela opera”. O autor compreende que nos dias de hoje, o sistema das redes sociais, com suas regras, impactos, potencialidades e atores, é um ponto central na própria definição de *fake news*.

No cenário exposto, trabalhamos na perspectiva de que o que se encontra em crise, em última instância, não são os preceitos jornalísticos, mas suas práticas submetidas a critérios e condições que subvertem fundamentos do campo de conhecimento e da profissão. A presença destas práticas, nas condições objetivas

mencionadas, constrói a impressão de que tais impasses inviabilizam o discurso tradicional do jornalismo, ao constituir um simulacro conceitual que (des)orienta a ação jornalística. A reorientação viria por um ingresso vertical nos fundamentos do campo.

Em termos metodológicos, nosso percurso segue as balizas da Análise de Conteúdo. Adotamos os conceitos e critérios aplicados por Laurence Bardin (2011). O conceito de Análise de Conteúdo explicitada pela pesquisadora se mostra adequado para tratarmos do objeto de estudo proposto. O modelo teórico da AC, conforme Bardin, faz referência aos passos de análises quantitativas e qualitativas e também à classificação e observação de materiais a *posteriori*. Enfatizando o aspecto histórico desta metodologia de pesquisa, a autora observa que a “Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais” (Bardin, 2011, p. 21).

Nosso estudo se dispõe ao esforço de perceber diferentes formas de como a imprensa extrapola ou não a legitimidade do seu poder, bem como as condições que possibilitam tais movimentos. No contexto atual aparecem desde as transformações tecnológicas da chamada sociedade da informação, com a forte ascensão das plataformas digitais, causa de inúmeras incertezas para o jornalismo tradicional, até os fatores responsáveis pelo uso intencional do jornalismo para propósitos que escapam à missão de bem informar.

As entrevistas do Jornal Nacional na última semana do primeiro turno das eleições de 2018² foram caracterizadas por uma postura imposta dos entrevistadores sobre os entrevistados, semelhante a um interrogatório policial ou a uma inquisição judicial. A estratégia das perguntas foi manter o candidato ou a candidata sob tensão, na intenção de estabelecer um controle excessivo do cenário. Feriram regras básicas do jornalismo, entre as quais o centro da entrevista é o entrevistado e as informações que

² Entrevista com Fernando Haddad, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ecwzxKjMdZ0>. Entrevista com Jair Bolsonaro disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Entrevista com Geraldo Alckmin, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6983110/>. Entrevista com Ciro Gomes, disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6977229/>. Entrevista com Marina Silva, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DWxRoSK01d8>.

ele presta ao público a partir dos questionamentos. Nas cinco sabatinas, porém, os entrevistados ocuparam quase 50% do tempo e interromperam com frequência as respostas, prejudicando a linha de raciocínio dos entrevistados.

No caso da entrevista com o candidato Fernando Haddad (PT), a situação ficou mais explícita. Foram contabilizadas 45 interrupções, envolvendo o tempo de 6 min e 32s numa entrevista que durou 28 min e 32 segundos. Verifica-se, então, que as interrupções tomaram 21,42% do tempo. Para quase todos os candidatos, a pauta desenvolvida pelos entrevistadores, Willian Bonner e Renata Vasconcellos, privilegiou o tema corrupção a partir da concepção nítida de que a operação Lavo Jato significava a mais legítima expressão da moralidade pública. O eixo editorial se completava com a concepção de economia, na qual o equilíbrio fiscal se apresenta como missão fundamental do estado.

Na entrevista com Fernando Haddad, por exemplo, o assunto corrupção tomou 14min58s, representando 53,57% do tempo total e a tentativa de reeleição de Haddad para a prefeitura de São Paulo, em 2016, consumiu o tempo de 3min53s. Já na entrevista com Bolsonaro, o tema ética/moralidade, mas sem menção específica ao sentido de corrupção, se desenvolver durante 4min. O tema economia tomou 13min, cerca de 50% do tempo da sabatina, sempre definida pelo valor maior das regras do mercado, com a qual o entrevistado estabelecia concordância; segurança pública foi tratada em 4min; o tema democracia por 2min e governabilidade (alianças) durante 3min. Como podemos ver, a pauta não previu questionamentos sobre assuntos como saúde, meio ambiente e educação aos dois principais candidatos.

Os dados acima são apresentados para se observar os critérios e as estratégias das entrevistas com os presidenciáveis de 2018, nas quais se identificou uma linha editorial agressiva, em procedimentos que demonstravam a intenção de enquadrar os entrevistados em determinados conceitos dogmáticos, cujas respostas divergentes deveriam interrompidas e contestadas pelos entrevistadores. A postura revelou um posicionamento de poder através do qual a Rede Globo pretendia definir os rumos do debate e dos próprios resultados eleitorais.

Neste sentido, a primeira pergunta dirigida ao candidato Fernando se mostrou lapidar, tratando da temática preferida, a corrupção: “Foi contabilizado 45

interrupções. São 6 min e 32s de interrupções durante a entrevista que durou 28 min e 32 segundos. 21,42% da entrevista só de interrupções. Como é que o senhor vai convencer o eleitor de que a corrupção não vai continuar no novo governo do PT, se não há uma autocrítica, se não há um pedido de desculpas ao povo brasileiro pelos bilhões desviados por causa da corrupção?”.

As entrevistas do Jornal Nacional no primeiro turno de 2018 descumpriram regras básicas do jornalismo, desconsiderando que elas deveriam cumprir prioritariamente o serviço de levar à sociedade informações de elevado interesse público. Poderia ter adotado o modelo da entrevista dialogal, a chamada entrevista por excelência, que conforme define Nilson Lage (2011, p.77), “entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados”.

Para as eleições de 2022, a Rede Globo mudou de tom nas entrevistas do JN com os presidentiáveis, ampliando o tempo total da sabatoma para 40min e assumindo estratégias mais ponderadas. A primeira pergunta feita ao candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva³, no primeiro turno, dia 25 de agosto, chegou a surpreender os telespectadores, na formulação do apresentador Willian Bonner: “Começa a contar o tempo a partir de agora e vamos começar falando de corrupção. O Supremo Tribunal Federal lhe deu razão. Considerou o então juiz, Sérgio Moro, parcial. Anulou a condenação do caso do triplex e anulou também outras ações por ter considerado a Vara de Curitiba incompetente. Portanto o sr. não deve nada à Justiça. Mas houve corrupção na Petrobrás e, segundo a Justiça, com pagamentos a executivos da empresa, a políticos de partidos, como o PT, como o, então, PMDB e o PP. Candidato, como o sr. vai convencer os eleitores de que estes escândalos não vão se repetir?”.

Houve uma mudança de tom da Rede Globo na sua cobertura das eleições de 2022 em relação às eleições de 2018. Neste mesmo sentido podemos relacionar a série produzida pelo JN sobre os 35 anos do processo constituinte, ocorrido em 1987, e que

³ Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/ao-vivo/jornal-nacional-entrevista-lula-candidato-do-pt-a-presidencia-da-republica.ghtml>

resultou na promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988. Ainda a cobertura crítica e denunciadora da presença criminosa dos garimpeiros na Amazônia, com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Philips.

São dignos de mérito também a cobertura jornalística no propósito de esclarecer e orientar a população quanto à importância da vacinação contra o vírus causador da covid-19, a favor da ciência e no combate frontal ao negacionismo. Mais recentemente, já em 2023, as reportagens que revelaram ao mundo as atrocidades sofridas pelos Yanomami, um autêntico genocídio contra o povo indígena. Constituíram igualmente um serviço público de relevância a cobertura intensa e crítica das ações dos bolsonaristas no ataque aos espaços físicos do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, em 08 de janeiro de 2023, classificando-as explicitamente de golpe.

Neste contexto complexo, vemos, porém, que a Rede Globo, através da linha editorial da sua programação jornalística, tendo por ponto alto o JN, se equilibra habilmente para se mostrar contra a barbárie e manter sua condição política e ideológica profundamente conservadora. Ao contrário da posição definida contra os ataques à democracia de 08 de janeiro, não adota o termo “golpe” para a derrubada da ex-presidente, Dilma Rousseff, cujo *impeachment* foi construído sem comprovação de crime de responsabilidade.

A pesquisa sobre o Jornal Nacional – Um projeto de poder, percebe as estratégias implícitas.

O Jornal Nacional não inventa os fatos que noticia. Mas escolhe os fatos que noticia. Assim, o olhar direcionado do principal telejornal da televisão brasileira pode fazer um elefante parecer uma formiga, e uma formiga parecer do tamanho de um elefante dependendo da lente e da perspectiva que é apresentada. Os fatos são muitos, dispersos e complexos. Mas é possível contá-los como se fossem histórias com princípio, meio e fim. Como se fossem novelas. Em uma novela, todos os fatos ganham sentido, os personagens vão se definindo como do bem ou do mal; às vezes, até podem mudar de lado. Quanto mais realismo, mais a novela parecerá convincente e persuasiva. O Jornal Nacional não pratica censura aberta dos fatos. Mas pode noticiar um fato muito importante como se fosse um quase nada, à margem da edição. Ou pode ignorá-lo, se for claramente contrário ao sentido da narrativa que conta. (Carrato; Santana; Guimarães, 2020 p. 5-6).

Não fez até o momento a autocrítica pela cobertura engajada a favor da Lava Jato, quando tomou para si a bandeira da luta contra a corrupção no Brasil, sem

informar ao público o quanto a referida operação policial e judicial se revelou uma verdadeira fraude dos processos legais. É preciso considerar que a abordagem da Lava Jato, particularmente das figuras do, então, juiz Sérgio Moro, e do promotor Deltan Dallagnol. Não podemos esquecer que a cobertura que a grande imprensa fez da Lava Jato criou o ambiente antipolítica e antiestado, responsável pela ascensão de Jair Bolsonaro. E principalmente uma linha jornalística em defesa ferrenha das políticas neoliberais na economia, entre elas a independência do Banco Central (com juros atuais extremamente elevados).

A Globo opera uma interferência refinada no jogo do poder. Toma, por exemplo, muitos elementos da cultura brasileira e lhe dá visibilidade, bem como conotações e sentidos. A teledramaturgia da “Vênus Platinada” tratou muitas vezes de temas sensíveis da realidade nacional, ingressando nas mazelas do racismo, do sexismo, da LGTfobia, da violência, do crime organizado, da agressão ao meio ambiente, dos preconceitos em relação aos portadores de HIV e às vítimas de câncer, do conflito de gerações, dos jovens e dos idosos.

Ao mesmo tempo, faz uma defesa inflexível das teses neoliberais. Coloca o equilíbrio fiscal, por exemplo, como meta indiscutível e prioridade absoluta, pensamento que justifica o seu apoio, entre outras, da chamada “PEC do teto de gastos”, responsável pela retirada de recursos orçamentários para investimentos em áreas básicas como saúde, educação e ações governamentais de indução do desenvolvimento para a geração de emprego e renda. Podemos relacionar ainda o apoio entusiasmado ao agronegócio, bem nítido na sua campanha com o slogan “Agro é tech. Agro é pop, Agro é tudo”. Nesta corrente de pensamento, as chamadas leis do mercado são seguidas como verdadeira religião.

Mas a disputa que a Rede Globo faz em torno do modelo econômico e que determina fortemente a estrutura social no Brasil se faz de modo refinado. O domínio bolsonarista, apesar da convergência no plano econômico, segue linha oposta nas estratégias de imposição. Bolsonaro e seus seguidores determinam o tom da grosseria, ferindo as possibilidades de comportamentos mais civilizados. Depende da repressão direta das armas, da exploração da ignorância, da inserção de crenças religiosas nas questões de estado e do incentivo ao fanatismo, à liberação dos instintos primitivos de

intolerância e de ódio. Um dos retratos deste sistema de ideias é a presença excessiva e truculenta de militares nos postos de governo, inclusive em áreas para as quais não possuem a menor competência, caso da saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi por acaso que a primeira pergunta de Willian Bonner, na entrevista de Lula, em agosto de 2022, após um comentário que reconhece a inocência do candidato perante à Justiça, encerra retomando acusações de corrupção na Petrobrás. Para muitos analistas políticos e econômicos, a disputa pelos destinos da maior empresa brasileira, de porte transnacional, constitui a principal razão do golpe de estado de 2016, a prisão de Lula e a vitória eleitoral de Bolsonaro. A sinalização é de que prepondera acima de tudo os valores dogmáticos e pretensamente superiores do mercado.

Compreendemos que a perspectiva comunicacional de Manuel Castells lança luzes nas discussões basilares de nosso estudo:

O reino da comunicação é a esfera social onde os valores e interesses de atores conflitantes estão comprometidos em disputa e debate para reproduzir a ordem social, para subvertê-la, ou para acomodar novas formas resultantes de interação entre o velho e o novo, o passado de dominação cristalizado e o futuro de projetos alternativos para a existência humana providos por aqueles que aspiram a mudar o mundo e estão prontos a lutar por isso. (CASTELLS, 2015, p. 32).

Diante do quadro discutido pela nossa pesquisa, propomo-nos a contribuir com a elaboração do conceito de *Fake News de Efeito Longo (FNEL)* como contraposição ao conceito simples de *fake news*, este bastante divulgado atualmente para identificar informações falsas que buscam distorcer a realidade. Acontece que as fake news normalmente são apontadas e comentadas no calor dos acontecimentos e depois se apagam se apagam da memória. Já a *Fake News de Efeito Longo* são constituídas através de décadas, num somatório de informações incompletadas e/ou tendenciosas pelo qual vai se estruturando um modo de pensar numa sociedade, tornando-se,

inclusive, parte de sua cultura, e que elimina outras versões de caráter estruturante sobre a concepção de economia, de política e de poder.

Tanto uma como a outra, sendo a primeira no contexto do imediato e a segunda numa dimensão alongada de tempo, constroem uma imagem deformada da realidade social, isto é, a rigor, uma imagem falsa, parecendo habilidosamente dizer uma verdade estruturas através de suas coberturas pontuais. A posição da Rede Globo, portanto, expressa pela linha editorial de seus programas jornalísticos, principalmente o Jornal Nacional, caracteriza uma determinada posição na luta de classes sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In: GALLEGO, Esther Solano. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil (Coleção Tinta Vermelha). Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARRATO, Ângela; SANTANA, Eliara; GUIMARÃES, Juarez. **Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira** (pp. 5-6). Edição do Kindle, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

LAGE, Nilson. **Controle da Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, Helena. **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta, 2020.

MACEDO Jr., Ronaldo Porto. **Liberdade de expressão ou dever de falar a verdade?**. In: Pós-verdade e fake news. Editora Cobogó. Edição do Kindle, 2019.

PINHEIRO, Joel. **Fake news e o futuro da nossa civilização**. In: Pós-verdade e fake news (p. 71). Editora Cobogó. Edição do Kindle, 2019.

PULITIZER, Joseph. **A escola de jornalismo na universidade de Colúmbia: o poder da opinião pública**. Florianópolis: Insular, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A desinformação é uma indústria. In: MARTINS, Helena (org.). Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Veneta. Edição do Kindle, 2020.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a Rigor. V. 4. Florianópolis-SC: Insular, 2009.